



A crise hoje, a crise na contemporaneidade, não é um acidente superável, mas uma fatalidade programada. Não se trata de uma crise do capitalismo, um momento de oportunidade para seu aperfeiçoamento; nem da crise como prevista por uma certa leitura do determinismo histórico, isto é, a crise que anunciaria, finalmente, o fim do capitalismo e, como isso, a revolução e o início de um novo tempo. O capitalismo não está em crise, como nós talvez gostaríamos de pensar, mas vivemos o triunfo do capitalismo de crises. As instituições não estão em crise, as instituições instituem as crises e se alimentam dela. São crises programadas, crises continuadas, crises para gerar governamentalidade.



CRISE E GUERRA PERMANENTES



CRISE E GUERRA PERMNETES

Por Camila Jourdan

Uma das maneiras de compreender a Modernidade é compreendê-la através da noção de crise. A Modernidade surge estabelecendo a crise como modus operandis da sociedade. Longe de uma ruptura com este modo de vida, o que a crise significa é o próprio coração do homem moderno, uma sociedade que coloca seus próprios fundamentos em questão e cujo aprofundamento das suas contradições não pode senão ser visto como maior enraizamento de um certo projeto de mundo que se alimenta das suas crises sucessivas e, em grande medida, programadas. No dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano encontramos:

Para St. Simon, assim como para Comte e muitos positivistas, toda a época moderna é de crise, no sentido de não ter ainda atingido sua organização definitiva em torno de um princípio único, que deveria ser dado pela ciência moderna, mas, inevitavelmente, encaminha-se para a realização dessa organização. Esse diagnóstico depois foi compartilhado por todos os filósofos e políticos que se portaram como profetas de nosso tempo. Tanto os que acham que a nova e indefectível era orgânica será o comunismo quanto os que acham que essa época será caracterizada pelo misticismo estão de acordo em diagnosticar a crise da época presente e em indicar sua falta de organicidade, ou seja, de uniformidade nos valores e nos modos de vida¹.

Se é correto dizer isso da Modernidade como um todo, o que dizer do momento histórico no qual nos encontramos? Vivemos neste momento no Brasil a transição de um projeto político conciliatório de classes, com um verniz espetacular nacional desenvolvimentista e socialdemocrata, que pelo menos na propaganda apesar de neoliberal parecia pretender amenizar os efeitos das desigualdades através de programas sociais, para um projeto



faccasoficticia.noblogs.org

Camila Jourdan

Professora adjunta de filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, anarquista e autora do livro "2013 – Memórias e Resistência". *Crise e Guerra Permanentes* é um dos capítulos do seu livro, lançado em 2018.

político explicitamente neoliberal de Estado mínimo, no qual a propaganda é de que a necessidade de um suposto equilíbrio das contas públicas deve necessariamente se traduzir em cortes de direitos básicos e a adoção de pacotes econômicos de austeridade.

Ao lado disso, o efeito colateral que a transição forçada pelas elites econômicas de um modelo para o outro acarretou foi a clarificação do papel secundário da administração política do Estado em relação aos interesses econômicos desta elite, deixando evidente ainda como a máquina pública funciona e gerando com isso o aumento da rejeição da política partidária por parte da população. Se para forçar a transição de um modelo a outro, foi necessário deixar evidente os esquemas de corrupção, tal evidência não se aplica apenas a um modelo ou outro, mas incide diretamente sobre as instituições como um todo.

Com acirramento das tensões e desigualdades sociais lado a lado com a crescente recusa e descrença nas vias institucionais democráticas não podemos deixar de ter também o aumento de elementos conservadores e, com isso, o surgimento de uma, assim chamada, nova e raivosa direita, que de nova não tem tanto assim, já que requeenta nada mais nada menos do que elementos fascistas. Sobre isso, Eric Alliez e Maurizio Lazzarato afirmam:

Do lado do poder, o neoliberalismo, para melhor ascender o fogo das suas políticas econômicas predatórias introduziu uma posdemocracia autoritária e policial gerida por técnicos do mercado, enquanto a nova direita desdiabolizada declara guerra ao estrangeiro, ao imigrante, ao muçulmano. É esta nova direita que se instala abertamente no terreno da guerra civil e que relança uma guerra racial de classe².

O discurso que mais uma vez acompanha estes acontecimentos, e que em grande medida justifica a adoção das aludidas medidas impopulares é o da crise, crise econômica, crise das instituições, crise da representação. Ao lado disso, e complementarmente, vemos o aumento do Estado policial, o controle do território nas favelas e periferias, o genocídio dos matáveis, a

gestão dos que podem viver e a exclusão dos que devem morrer. Afirmou Foucault sobre o racismo de Estado:

Vocês compreendem, em consequência, a importância do racismo no exercício do poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem que passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com instrumentos, mecanismos e com tecnologias da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também o indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar o risco de morte, a morte política, a exclusão, a rejeição³.

A situação não é nova. Nem se trata de fenômeno fundamentalmente brasileiro. Mais uma vez o Brasil parece herdar tardiamente os ares da Europa. O cenário é similar ao vivido na Grécia desde 2008, uma crise do sistema financeiro que levou ao arroucho fiscal e adoção do pacote de medidas neoliberais. E em grande medida é o mesmo discurso que justifica ainda as reformas na França, reforma trabalhista, reforma da previdência, medidas crescentes para a exclusão dos imigrantes, controle do território nas periferias.

A principal posição que eu gostaria de defender aqui é aquela segundo a qual a crise hoje, a crise na contemporaneidade, não é um acidente superável, mas uma fatalidade programada. Não se trata de uma crise do capitalismo, um momento de oportunidade para seu aperfeiçoamento; nem da crise como prevista por uma certa leitura do determinismo histórico, isto é, a crise que anunciaria, finalmente, o fim do capitalismo e, como isso, a revolução e o início de um novo tempo. A reflexão que eu gostaria de trazer é um pouco mais desesperada e mais pessimista, mas eu espero que possamos tirar da constatação do absurdo algo para transvalorá-lo, sem escondê-lo, como nos propôs Albert Camus.

- 1 ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.222.
- 2 ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. Guerres et Capital. Paris: Ed. Amsterdam, 2016.
- 3 FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.306.
- 4 CAMUS, Albert. A Guerra começou, onde está a guerra? Tradução: Raphael Araújo e Samara Geske. São Paulo: Hedra, 2014, pp.22-23.
- 5 Entendemos ‘espetáculo’ aqui no sentido cunhado por Guy Debord, isto é, como representação sem representado, ou seja, ruptura do paradigma representacional elevado a enésima potência. DEBORD, Guy. Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- 6 GATTARI, Félix. Essa Crise que não é só Econômica. Disponível em: <https://machinedelegeuze.wordpress.com/2017/05/03/essa-crise-que-nao-e-so-economica-por-felix-guattari/>
- 7 Idem, Ibidem.
- 8 FOUCAULT, Michel. Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris: Gallimard/ Seuil, pp.111-112.
- 9 Idem, Ibidem.
- 10 COMITÊ INVISÍVEL. Aos Nossos Amigos: Crise e Insurreição. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1 edições, 2016, p.24.
- 11 Idem, p.28.
- 12 FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.23.
- 13 ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. Guerres et Capital. Paris: Ed. Amsterdam, 2016.
- 14 FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp.58-59.
- 15 Idem, p.26.
- 16 Idem, p.60.
- 17 GATTARI, Félix. Essa Crise que não é só Econômica. Disponível em: <https://machinedelegeuze.wordpress.com/2017/05/03/essa-crise-que-nao-e-so-economica-por-felix-guattari/>
- 18 COMITÊ INVISÍVEL. Aos Nossos Amigos: Crise e Insurreição. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1 edições, 2016, p.35.
- 19 FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.23.
- 20 COMITÊ INVISÍVEL. Aos Nossos Amigos: Crise e Insurreição. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1 edições, 2016, pp.54-55.

A absurdidade essencial dessa catástrofe não muda nada do que ela é. Ela generaliza a absurdidade um pouco mais essencial da vida. Ela a torna mais imediata e mais pertinente. Se esta guerra pode ter um efeito sobre o homem, é o de fortificá-lo na ideia que ele faz de sua existência e no julgamento que tem sobre ela. A partir do instante em que esta guerra é, todo julgamento que não pode integrá-la é falso. Um homem que reflete passa geralmente seu tempo a adaptar a ideia que formou das coisas aos novos fatos que a desmentem. É nessa inclinação, nessa deformação do pensamento, nessa correção consciente, que reside a verdade, ou seja, o ensinamento de uma vida. É porque mesmo sendo esta guerra tão ignóbil, não é permitido estar fora dela. Para mim, que posso arriscar minha vida apostando em uma morte sem um medo sequer. E para todos aqueles, anônimos, e resignados, que vão para essa matança imperdoável – e pelos quais eu sinto toda a fraternidade.⁴

De fato, a crise neste momento é, como tudo mais, um espetáculo⁵ programado. E que estejamos vivendo em espetáculos programados é talvez o sentido verdadeiro da crise. Mas trata-se também um espetáculo que serve como arma, como máquina de guerra e como justificativa para a guerra continuada na qual nos encontramos. Já em 1984, Guattari previa uma crise semiótica e, portanto, uma crise no paradigma representacional da modernidade, diretamente relacionada com uma crise dos modos de vida e subjetivações no capitalismo pós Guerra Fria.

Dá para estimar que o essencial dessa crise mundial (que é, ao mesmo tempo, uma espécie de guerra social mundial) é a expressão da gigantesca ascensão de toda uma série de camadas marginalizadas, por toda a superfície do planeta. (...) Não se trata mais daquilo que se chamava tradicionalmente de “crises cíclicas do capitalismo”. É uma crise de modos de relação entre, de um lado, os novos dados da produção, os novos dados de distribuição, as novas revoluções dos meios de comunicação de massa e, de outro lado, as estruturas sociais, que permaneceram totalmente cristalizadas, esclerosadas, em suas antigas formas. Os poderes de Estado são tanto mais reacionários quanto mais aguda é sua consciência

*de que estão sentados em cima de uma verdadeira panela de pressão que eles não conseguem mais controlar*⁶.

O que há de profético no texto Essa crise que não é só econômica é compreender os modelos institucionais da socialdemocracia e do neoliberalismo enquanto fadados ao fracasso justamente por não reconhecerem o caráter semiótico-existencial envolvido na adoção da crise como modo de governo. Dito de outro modo, por não compreenderem que a verdadeira crise envolvida na adoção da crise como espetáculo é uma crise da representação, o que tem um aspecto ontológico e um aspecto semântico, estando inserida no contexto de uma guerra social permanente e crescente.

*Mas essa crise explodiu mesmo, incontestavelmente, a partir de 1974, e desde então a saída do túnel nos é anunciada a cada ano. No entanto, ao contrário, tudo leva a crer que se trata de um desafio, em escala internacional, e para todo um período da História. Crise que poderíamos chamar também de guerra – uma guerra mundial – com a diferença de que não está sendo uma guerra atômica (apesar de essa possibilidade não estar excluída), mas uma sucessão de guerras locais sempre em torno desse eixo Norte-Sul. E, por fim, o terceiro tipo de atitude [diante da crise]. Ao contrário das duas atitudes precedentes [do neoliberalismo e da socialdemocracia], nesse caso considera-se para valer as mutações subjetivas, tanto do ângulo de seu caráter específico, quanto de seu traço comum – trata-se de diferentes formas de resistência molecular, que atravessam as sociedades e os grupos sociais, contra as quais se choca essa tentativa de controle social em escala planetária.*⁷

O capitalismo não está em crise, como nós talvez gostaríamos de pensar, mas vivemos o triunfo do capitalismo de crises. As instituições não estão em crise, as instituições instituem as crises e se alimentam dela. São crises programadas, crises continuadas, crises para gerar governamentalidade. A noção de governamentalidade surge nos cursos de Foucault do início de 1978. Trata-se de analisar as diversas maneiras de estabelecer con-

por todas que estamos em uma guerra e que nossas ações funcionam como parte de enfrentamentos permanentes no jogo de forças, inclusive nossas práticas discursivas, ou continuaremos a perder a guerra.

As experiências que romperiam com a falência existencial na qual nos encontramos seriam aquelas capazes de romper também com o primado da representação e da compreensão dualista de realidade que a acompanha.

*Há nas insurreições contemporâneas algo que desconcerta de modo particular: elas não partem mais de ideologias políticas, mas de verdades éticas. Aqui estão duas palavras cuja aproximação soa como um oxímoro a qualquer espírito moderno. Estabelecer o que é verdadeiro é o papel da ciência, não é mesmo? A ciência, esta que não tem nada a ver com as normas morais e com outros valores contingentes. Para os modernos, há o Mundo de um lado, eles de outro, e a linguagem para superar o abismo. Uma verdade, conforme nos ensinaram, é um ponto sólido sobre o abismo – um enunciado que descreve de maneira adequada o Mundo. Convenientemente esquecemos a longa aprendizagem ao longo da qual adquirimos, com a linguagem, uma relação direta com o mundo. A linguagem longe de servir primariamente para descrever o mundo, ajuda-nos sobretudo a construir um. As verdades éticas não são, assim, verdades sobre o Mundo, mas as verdades a partir das quais neles permanecemos. São verdades, afirmações, enunciadas ou silenciosas que se experimentam, mas não se demonstram. (...) São verdades que nos ligam, a nós mesmos, ao que nos rodeia e uns aos outros. Elas nos introduzem de imediato numa vida comum, a uma experiência não separada, sem consideração pelos muros ilusórios do nosso Eu.*²⁰

Trata-se agora de nos voltarmos para as experiências insurreionárias e vermos o que podemos aprender com elas através da noção de acontecimento, isto é, de uma verdade que não se insere mais no âmbito da correspondência, mas da ação e que é capaz de instaurar deste modo novas potências reestabelecendo nossa ligação interna com o real concreto que a contemporaneidade espetacular havia nos feito esquecer.

Esta catástrofe é, acima de tudo, existencial, afetiva, metafísica. Reside na incrível estranheza do homem ocidental em relação ao mundo, estranheza que exige, por exemplo, que ele se faça amo e possuidor da natureza – só se procura dominar aquilo que se teme. Não foi por acaso que ele colocou tantas telas entre si e o mundo. Ao se subtrair do existente, o homem ocidental criou essa extensão desolada, esse nada sombrio e hostil, mecânico, absurdo que ele tem que transformar incessantemente por meio de seu trabalho (...). A mentira de todo e qualquer apocalíptico ocidental consiste em projetar sobre o mundo o luto que nós não lhe podemos fazer. Não foi o mundo que se perdeu, fomos nós que perdemos o mundo e o perdemos sem parar; não é ele que em breve vai acabar, somos nós que estamos acabados, amputados, cortados, nós que recusamos alucinadamente o contato vital com o real. A crise não é econômica, ecológica ou política, a crise é antes de tudo crise da presença.¹⁸

Tal como os autores de *Crise e Insurreição* analisam, nosso modo de vida consiste numa fuga perpétua para o mundo virtual, para o mundo das imagens e das representações que se tornaram mais reais do que a própria realidade, isto é, são representações espetaculares e que, portanto, não funcionam. Este virtual não mais corresponde ao real, mas se torna mais importante que ele e opera no vazio. A impressão de se poder estar em todos os locais ao mesmo tempo foge à condição espaço-temporalmente situada do humano concreto, e nos deixa, assim, sem mundo. E é neste sentido que a crise existencial é também a crise da representação.

As respostas a altura da conjuntura, que rompem com as velhas dicotomias, requeitadas apenas no nível espetacular, são sempre mais ou menos insurrecionária, no sentido em que são imprevisíveis. Um bom exemplo disso foi 2013, um outro bom exemplo foram as ocupações das escolas por parte dos secundaristas. Estas alternativas foram bem sucedidas porque funcionaram como táticas de guerra que pegam o inimigo desprevenido, muito mais do que como programa político estruturado. Afinal, ainda em Foucault: “a inversão do aforisma de Clausewitz nos diz ainda uma terceira coisa: a decisão final só pode vir da guerra”.¹⁹ Ou entendemos de uma vez

dições para controlar os outros e a si mesmo, um estudo das técnicas que permitiram, desde o século XVI, governar e ser governado. Neste momento, Foucault entende que há uma continuidade entre o governo moral de si, o governo econômico da família e o governo político do Estado, passando a defender, portanto, o Estado de modo imanente à micropolítica. Trata-se de gerir as populações através da economia, nos discursos, e do controle policial, nas práticas:

Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes.⁸

Mas o que esta noção de governamentalidade introduzida por Foucault tem com a crise aludida e a guerra continuada? Ora, a crise anunciada é uma tática para a manutenção do Estado, para que este nos pareça necessário, para que implemente suas medidas como que desejadas pela população, para que se busque organicidade, para que se procure “univocidade nos valores e modos de vida”. O que no âmbito dos saberes aparece como discurso econômico, mas que se introduz ainda mais fortemente como Estado Policial, a política de segurança requerida numa guerra de todos contra todos, o mal necessário diante do temor pelo aumento da tensão social.

A cada momento, são as táticas de governo que permitem definir o que é da competência do Estado e o que permanece fora dela, o que é

público e o que é privado, o que é estático e o que é não-estático. Assim [...], só é possível compreender a sobrevivência e os limites do Estado levando em conta as táticas gerais da governamentalidade.

A crise se torna estratégia de governamentalidade na medida em que incide nas subjetividades instaurando o desejo pelas medidas que se pretende adotar, então anunciadas como remédios para a crise tão temida, crise para que se gere mais endividamentos na população e, como isso, gerações e gerações de escravos pacatos no porvir, é a escassez e o medo de que pode piorar como modo de governo.

É fácil notar que sem o discurso da crise, não seria possível aprovar a reforma da previdência, nem privatizar a CEDAE, nem acabar com os direitos trabalhista, nem reformar a educação, nem suspender direitos básicos, nem fechar a UERJ, nem cortar os salários dos funcionários públicos. Mas é preciso notar também que este não é apenas o nosso contexto, é um projeto internacional. As mesmas medidas foram e estão sendo adotadas em vários lugares do mundo. Tomemos os comentários do Comitê Invisível sobre a recente situação grega:

“‘Onde e quando’ é uma questão de oportunidade ou de necessidade tática. É de conhecimento público que, em 2010, o recém-nomeado diretor do Instituto Grego de Estatísticas (Elsat) falsificou continuamente as contas da dívida do país, tornando-as mais graves e dando, assim, justificativas para a intervenção da Troika. É, fato, portanto, que a crise das dívidas soberanas foi iniciada por um homem que, à época, ainda era uma agente remunerado oficial do FMI, instituição que supostamente iria ajudar os países a saírem da dívida. Tratava-se ali de experimentar, em escala real, num país europeu, o projeto neoliberal de reformulação completa de uma sociedade, os efeitos de uma boa política de ‘ajustamento estrutural’.”¹⁰

A crise toma o papel de um inimigo interno temido contra o qual devemos nos unir e, juntamente, com a violência urbana, cria o pano de fundo

forço discursivo para mantê-la parcial. Não existe nenhum critério coerente estabelecido para o uso da violência considerado legítimo e ilegítimo senão o princípio básico de qualquer guerra: ‘para nossos aliados, tudo; para nossos inimigos, nada’.

Como lidar então com esta crise que se apresenta como arma em uma guerra permanente e como resistir nesta guerra na qual a crise é expediente ao mesmo tempo bélico e discursivo? Os meios tradicionais de luta e a via institucional não são capazes de responder a esta crise. E se a esquerda não souber respondê-la, restará como alternativa de ruptura apenas o advento crescente do fascismo espetacular com o qual agora lidamos. É neste sentido que a crise, como nos dizia já Guattari, é muito mais profunda do que a dicotomia neoliberalismo e socialdemocracia podem dar conta, pois ela coloca todo o nosso modo de vida em questão.

É justamente porque os movimentos de esquerda sindicais tradicionais viveram essa situação unicamente em termos de crise econômica, que o conjunto dos movimentos de resistência social ficaram totalmente desarmados. E, na ausência de respostas, foram as formações mais reacionárias que tomaram conta da situação.¹⁷

A socialdemocracia é pensada por Guattari como uma forma de tentar controlar os movimentos sociais que se inserem nestas novas subjetividades e resistências, mas que falha totalmente neste aspecto. Tem-se argumentado em vários lugares, neste sentido, que a crise aludida é, portanto, fundamentalmente uma crise da representação, mas é uma crise da representação por sua elevação à enésima potência de representação sem representado, é uma crise da representação por domínio generalizado do espetáculo, representação da própria representação, e é apenas nesse sentido que a crise toma vida própria como manutenção do modo de vida que ao mesmo tempo coloca em questão, e é também apenas nesse sentido que podemos entender que ela se trata também de uma crise existencial.

Contrariamente ao que diz a teoria filosófico-jurídica, o poder político não começa quando cessa a guerra (...) a lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores, a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm suas datas e seus heróis de horror, a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas, ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo. (...) A lei não é pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares.¹⁴

Sendo assim, quanto mais nossa “política” puder esconder a guerra e naturalizá-la, mais ela continua mantendo o exercício continuado da violência nas mãos de quem está vencendo. Por isso iniciar uma autodefesa passa no campo dos saberes, na construção dos discursos, e por se evidenciar que estamos de fato em guerra.

A sociedade em sua estrutura política é organizada de maneira que alguns possam se defender contra os outros, ou defender sua dominação contra a revolta dos outros ou simplesmente ainda defender sua vitória e perenizá-la na sujeição.¹⁵ Temos de redescobrir a guerra, por quê? Pois bem, porque essa guerra antiga é uma guerra permanente. Temos de fato de ser os eruditos das batalhas, porque a guerra não terminou, as batalhas decisivas ainda estão se preparando (...) Isto quer dizer que os inimigos que estão a nossa frente ainda continuam a ameaçar-nos, e não poderemos chegar ao termo da guerra por algo como uma reconciliação¹⁶.

Vivendo no Rio de Janeiro, onde pessoas são executadas diariamente nas favelas, onde os autos de resistência são largamente utilizados, onde as milícias dominam regiões inteiras ditando quem deve morrer e quem pode viver, não é difícil ver como isso opera. Nossa estatística de jovens negros mortos nas favelas é hoje maior do que em muitas áreas de conflito declarado, o esforço discursivo para manter esta guerra velada é sobretudo o es-

de temor que aceita e deseja o governo como um mal necessário, mantendo pacatas as populações. Assim, a crise é permanente, e sem fim. Ela não é, portanto, fundamentalmente econômica, o fim dos mercados dos liberais, como alguns têm defendido. Ela é antes de tudo uma escolha de governo no controle populacional que serve como modalidade discursiva na produção de saberes.

Quando se corta pela metade o vencimento dos funcionários públicos gregos, isso é feito sob o argumento de que seria possível nunca mais lhes pagar. A cada vez que se aumenta o tempo de contribuição dos assalariados franceses para a seguridade social, isso é feito sob pretexto de ‘salvar o sistema de aposentadorias’. A crise presente, permanente e omnilateral, já não é a crise clássica, o momento decisivo, pelo contrário, ela é um final sem fim, apocalipse sustentável, suspensão indefinida, diferimento eficaz de afundamento coletivo e, por tudo isso, estado de exceção permanente.¹¹

Não se trata de um desgoverno, o que se espera de fato é a implicação da crise em mais governo, como modo de manter o controle da sociedade. Mas não que não se tenha que produzir inimigos, é fundamental culpar alguém pela crise e também aqui a culpa será sempre do “outro”, do já excluído, do imigrante; do desempregado... Assim a crise instaura uma guerra de todos contra todos, guerra civil em todas as instâncias da sociedade, ódio generalizado aos possíveis culpados. É a crise fabricada como tática para gerar governamentalidade e a crise planejada como arma em uma guerra continuada e não declarada.

Talvez Foucault tenha sido quem melhor analisou na contemporaneidade o esquema contratualista de poder moderno, surgido com as revoluções burguesas a partir do século XVIII e se arrogando oposto ao exercício de poder pela guerra, como sendo ele mesmo uma tática de guerra, que separaria usos legítimos de usos ilegítimos da violência apenas como modo estratégico de combate, para manter o exercício continuado da violência

nas mãos de quem está vencendo a guerra. Neste sentido, Foucault desmascara e inverte a famosa ideia de Clausewitz pela qual “a guerra seria política continuada por outros meios” - uma política degenerada - e a inverte, mostrando que “a política é que seria a guerra continuada por outros meios”, uma parte do jogo de forças em uma guerra contínua de fundo.

Se o poder é mesmo, em si, emprego e manifestação de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, em vez mesmo de analisá-lo em termos funcionais de recondução das relações de produção, não se deve analisá-lo antes e acima de tudo em termos de combate, de enfrentamento ou de guerra? Teríamos, pois, diante da primeira hipótese – que é: o mecanismo do poder é, fundamental e essencialmente, a repressão -, uma segunda hipótese que seria: o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E, neste momento, inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios. O que significaria três coisas. Primeiro isto: que as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade, que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou no final da batalha. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de forças, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. Seria, pois, o primeiro sentido a dar a esta inversão do aforismo de Clausewitz (...). E a inversão dessa proposição significaria outra coisa, também, a saber: no interior dessa “paz civil”, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações nas relações de poder (...) deveriam ser interpretadas como as continuações da guerra.”¹²

Recentemente Eric Alliez e Maurizio Lazzarato retomaram esta noção de guerra permanente para analisar o momento presente. O livro *Guerra e Capital*, recém-publicado na França e ainda não traduzido aqui no Bra-

sil defende que vivemos uma guerra econômica e política, de intensidade variável, porém, constante, e que, mesmo quando não é evidentemente sangrenta, incide diretamente contra as populações. Os autores pensam a economia como prolongamento da guerra e defendem que a política das múltiplas guerras é a única forma de gerar hoje governamentalidade.

Nós vivemos no tempo da subjetivação das guerras civis. Não saímos do período do triunfo do mercado, dos automatismos da governamentalidade e da despolitização da economia da dívida para reencontrar a época das concepções de mundo e seus afrontamentos, mas para entrar na era da construção das novas máquinas de guerra.

(...) 5. ‘é como uma guerra’ – entendemos em Atenas durante o final de semana do 11 e 12 de julho de 2015. Com a razão. A população foi confrontada com uma estratégia em grande escala de continuação da guerra pelos meios da dívida: esta guerra concluiu a destruição da Grécia e, de um mesmo golpe, disparou a autodestruição da União Europeia. (...) O anúncio ‘é como uma guerra’ é uma metáfora que é preciso retificar: é uma guerra. A reversibilidade da guerra e da economia está no fundamento mesmo do capitalismo: a economia persegue os objetivos da guerra por outros meios (o bloqueio do crédito, o embargo das matérias-primas, a degradação da moeda estrangeira).¹³

Complementarmente, uma das maiores armas da fase atual do capitalismo é esconder a guerra, fazer parecer que não estamos em guerra para que se possa continuar com o monopólio da ofensiva. Em guerras declaradas existem leis de guerra e aqueles que são atacados têm direito a auto-defesa. O problema da guerra não declarada é que ela é parcial, para os atacados (as populações) estamos no estado democrático de direito, a lei vale, e qualquer ação de resistência será julgada criminoso, porém para os que atacam (o Estado) a lei é suspensa, e com isso mantém-se o monopólio do extermínio. Mas é exatamente neste sentido que a própria lei não é sequer mais do que uma arma ou mais uma estratégia que visa manter eterna a vitória conseguida por meio das batalhas, e não uma ruptura com a lógica do enfrentamento: